

ÁFRICA, MARGENS E OCEANOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade
TERESA DIB ZAMBON ATVARIS



Conselho Editorial

Presidente
MÁRCIA ABREU

EUCLIDES DE MESQUITA NETO – IARA LIS FRANCO SCHIAVINATTO
MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI – MARIA INÊS PETRUCCI ROSA
OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR. – RENATO HYUDA DE LUNA PEDROSA
RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

Comissão Editorial da Coleção Várias Histórias

LUCILENE REGINALDO (COORDENADORA)
JEFFERSON CANO – MÁRCIO BARRETO (REPRESENTANTE DO CONSELHO
DA EDITORA) – MARGARIDA DE SOUZA NEVES – SUEANN CAULFIELD

Conselho Consultivo da Coleção Várias Histórias

CLÁUDIO HENRIQUE DE MORAES BATALHA
MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA – ROBERT WAYNE ANDREW SLENES
SIDNEY CHALHOUB – SILVIA HUNOLD LARA

LUCILENE REGINALDO E ROQUINALDO FERREIRA
(ORG.)

**ÁFRICA, MARGENS E OCEANOS
PERSPECTIVAS DE HISTÓRIA SOCIAL**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

Af83 África, margens e oceanos: perspectivas de história social / organização:
Lucilene Reginaldo e Roquinaldo Ferreira. – Campinas, SP : Editora da
Unicamp, 2021.

1. África Oriental – História social. 2. África Atlântica – História
social. 3. África – Historiografia. 4. Brasil – Racismo. I. Reginaldo,
Lucilene. II. Ferreira, Roquinaldo. III. Título.

CDD – 960
– 309.196
– 305.800981

ISBN 978-65-86253-66-5

Copyright © by Lucilene Reginaldo e Roquinaldo Ferreira
Copyright © 2021 by Editora da Unicamp

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação
de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes).
Código de Financiamento 001.

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade
dos autores e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à
Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar – Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br



COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS

A COLEÇÃO VÁRIAS HISTÓRIAS divulga pesquisas recentes sobre a diversidade da formação cultural brasileira. Ancoradas em sólidas pesquisas empíricas e focalizando práticas, tradições e identidades de diferentes grupos sociais, as obras publicadas exploram os temas da cultura a partir da perspectiva da história social. O elenco resulta de trabalhos individuais ou coletivos ligados aos projetos desenvolvidos no Centro de Pesquisa em História Social da Cultura do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (www.unicamp.br/cecult).

VOLUMES PUBLICADOS

- 1 – ELCIENE AZEVEDO. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.*
- 2 – JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. *Entre a mão e os anéis. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil.*
- 3 – FERNANDO ANTONIO MENCARELLI. *Cena aberta. A absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo.*
- 4 – WLAMYRA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE. *Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923).*
- 5 – SUEANN CAULFIELD. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940).*
- 6 – JAIME RODRIGUES. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850).*
- 7 – CARLOS EUGÊNIO LÍBANO SOARES. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850).*
- 8 – EDUARDO SPILLER PENA. *Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871.*

- 9 – JOÃO PAULO COELHO DE SOUZA RODRIGUES. *A dança das cadeiras. Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*.
- 10 – ALEXANDRE LAZZARI. *Coisas para o povo não fazer. Carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*.
- 11 – MAGDA RICCI. *Assombrações de um padre regente. Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*.
- 12 – GABRIELA DOS REIS SAMPAIO. *Nas trincheiras da cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*.
- 13 – MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA (org.). *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaio de história social da cultura*.
- 14 – SILVIA CRISTINA MARTINS DE SOUZA. *As noites do Ginásio. Teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*.
- 15 – SIDNEY CHALHOUB, VERA REGINA BELTRÃO MARQUES, GABRIELA DOS REIS SAMPAIO e CARLOS ROBERTO GALVÃO SOBRINHO (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de história social*.
- 16 – LIANE MARIA BERTUCCI. *Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*.
- 17 – PAULO PINHEIRO MACHADO. *Lideranças do Contestado. A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*.
- 18 – CLAUDIO H. M. BATALHA, FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA e ALEXANDRE FORTES (orgs.). *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado*.
- 19 – TIAGO DE MELO GOMES. *Um espelho no palco. Identidades sociais e massificação da cultura no teatro de revista dos anos 1920*.
- 20 – EDILENE TOLEDO. *Travessias revolucionárias. Ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*.
- 21 – SIDNEY CHALHOUB, MARGARIDA DE SOUZA NEVES e LEONARDO AFFONSO DE MIRANDA PEREIRA (orgs.). *História em cousas miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*.
- 22 – SILVIA HUNOLD LARA e JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil. Ensaio de história social*.
- 23 – WALTER FRAGA FILHO. *Encruzilhadas da liberdade. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*.
- 24 – JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*.
- 25 – VALÉRIA LIMA. *J.-B. Debret, historiador e pintor. A viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*.

- 26 – LARISSA VIANA. *O idioma da mestiçagem. As irmandades de pardos na América Portuguesa.*
- 27 – FABIANE POPINIGIS. *Proletários de casaca. Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911).*
- 28 – ENEIDA MARIA MERCADANTE SELA. *Modos de ser, modos de ver. Viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850).*
- 29 – MARCELO BALABAN. *Poeta do lápis. Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888).*
- 30 – VÍTOR WAGNER NETO DE OLIVEIRA. *Nas águas do Prata. Os trabalhadores da rota fluvial entre Buenos Aires e Corumbá (1910-1930).*
- 31 – ELCIENE AZEVEDO, JEFFERSON CANO, MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA, SIDNEY CHALHOUB (orgs.). *Trabalhadores na cidade. Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX.*
- 32 – ELCIENE AZEVEDO. *O direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismos na província de São Paulo.*
- 33 – DANIELA MAGALHÃES DA SILVEIRA. *Fábrica de contos. Ciência e literatura em Machado de Assis.*
- 34 – RICARDO FIGUEIREDO PIROLA. *Senzala insurgente. Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832).*
- 35 – LUIGI BIONDI. *Classe e nação. Trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920.*
- 36 – MARCELO MAC CORD. *Artífices da cidadania. Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista.*
- 37 – JOANA MEDRADO. *Terra de vaqueiros. Relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1990.*
- 38 – THIAGO MORATELLI. *Operários de empreitada. Os trabalhadores da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914).*
- 39 – ÂNGELA DE CASTRO GOMES, FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA (orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história. Os direitos dos trabalhadores no Brasil.*
- 40 – MARCELO MAC CORD, CLAUDIO H. M. BATALHA (orgs.). *Organizar e proteger. Trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX).*
- 41 – IACY MAIA MATA. *Conspirações da raça de cor. Escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881).*

- 42 – ROBÉRIO S. SOUZA. *Trabalhadores dos trilhos. Imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*.
- 43 – ANA FLÁVIA CERNIC RAMOS. *As máscaras de Lélío. Política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*.
- 44 – LARISSA ROSA CORRÊA. *Disseram que voltei americanizado. Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*.
- 45 – JACIMARA SOUZA SANTANA. *Médicas-sacerdotisas: Religiosidades ancestrais e contestação ao sul de Moçambique (c. 1927-1988)*.
- 46 – ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO. *Escritos de liberdade: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*.

SUMÁRIO

PREFÁCIO: ÁFRICA E OS "RIOS" ATLÂNTICO E ÍNDICO	11
---	----

Robert W. Slenes

INTRODUÇÃO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA AFRICANA ÀS MARGENS DO ATLÂNTICO E DO ÍNDICO.....	15
--	----

Lucilene Reginaldo e Roquinaldo Ferreira

PARTE I – HISTÓRIAS CONECTADAS, TROCAS E CONTATOS

1. A ÁFRICA E O OCEANO ÍNDICO	47
-------------------------------------	----

Edward A. Alpers

2. OS CIRCUITOS DE MARFIM NA ÍNDIA E SUAS CONEXÕES TRANSCONTINENTAIS NAS REDES AFRO-ASIÁTICAS	73
--	----

Jorge Lúzio

3. "EM TODAS AS OUTRAS PARTES ONDE HÁ CAFRES VINDOS DO CONTINENTE DE MOÇAMBIQUE": SABERES, TROCAS CULTURAIS E COMUNIDADES AFRICANAS NO ÍNDICO	95
---	----

Eugénia Rodrigues

4. CONECTANDO SERTÕES E OCEANOS: TRÂNSITOS INTRACONTINENTAIS, VULNERABILIDADE SOCIAL E CENTROS DE PODER NA ÁFRICA CENTRAL (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, COM ESPECIAL REFERÊNCIA A KATANGA).....	141
---	-----

Cristina Wissenbach

PARTE II – TRÂNSITOS E DESLOCAMENTOS

5. O ISLÃ NA ÁFRICA ATLÂNTICA: TRANSFORMAÇÕES NO SIGNIFICADO DE COMPORTAMENTOS RELIGIOSOS (SÉCULOS XVI-XVII).....	181
--	-----

Thiago Henrique Mota

6. ROTAS, DIREÇÕES E ETNICIDADE NO TRÁFICO DE ESCRAVOS ENTRE O BRASIL E A COSTA DA MINA NO LONGO SÉCULO XVIII.....	217
---	-----

Carlos da Silva Jr.

7. INTERMEDIÁRIOS AFRICANOS NAS EXPEDIÇÕES BRITÂNICAS AO NÍGER NA PRIMEIRA METADE DO XIX.....	251
Alexsander Gebara	
8. A "NAÇÃO KETU" DO CANDOMBLÉ EM CONTEXTO HISTÓRICO: SUBGRUPOS IORUBÁS NA BAHIA OITOCENTISTA.....	281
Lisa Earl Castillo	

PARTE III – PROTAGONISMO AFRICANO

9. O <i>LAPTOT</i> E A <i>SIGNARE</i> : GÊNERO, ESCRAVIDÃO E LIBERDADE (SENEGAL, SÉCULO XIX)	329
Juliana Barreto Farias	
10. O "MÉTODO DOS ANTEPASSADOS": NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DOS SOBADOS DO REINO DE ANGOLA (SÉCULOS XVII E XVIII)	369
Crislayne Alfagali	
11. AS MULHERES E O ACESSO À PROPRIEDADE EM BENGUELA NO SÉCULO XIX....	399
Mariana P. Candido	
12. NGODO E MARRABENTA: DISPUTAS, APROPRIAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES MUSICAIS NO SUL DE MOÇAMBIQUE (1940-1975)	423
Matheus Serva Pereira	

PARTE IV – A HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL:
HORIZONTES DA PESQUISA E DO ENSINO

13. PALMARES E A HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL	465
Silvia Hunold Lara	
14. DE MEMÓRIAS E LUTAS COTIDIANAS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL	487
Raquel G. A. Gomes	
15. PÓS-AFRIKAS COMO EXPERIMENTO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO EM ESTUDOS AFRICANOS.....	507
Fernanda Thomaz	
16. UMA HISTÓRIA ÚNICA SOBRE O CONTINENTE AFRICANO: O TRÁFICO TRANSATLÂNTICO NOS LIVROS DIDÁTICOS	539
Ynaê Lopes dos Santos	

SOBRE OS AUTORES.....	553
-----------------------	-----

PREFÁCIO

ÁFRICA E OS "RIOS" ATLÂNTICO E ÍNDICO

Robert W. Slenes¹

O livro *África, margens e oceanos* demonstra a excelência e a diversidade da pesquisa sobre o passado africano realizada hoje por acadêmicos brasileiros. Até o início deste século, os professores e pós-graduandos no Brasil que se interessavam pela história da África eram principalmente estudiosos do tráfico transatlântico de escravos e do trabalho forçado nas Américas – questões importantíssimas, mas certamente não as únicas que deviam receber grande atenção no país com a segunda maior população negra do mundo. Hoje, no entanto, o quadro é muito diferente.

Desde a década de 1990 o sistema federal e estadual de educação superior (níveis graduação e pós-graduação) expandiu-se muito e tornou-se mais inclusivo. Além disso, a própria academia brasileira (como, antes dela, a internacional) chegou a perceber a impressionante interdisciplinaridade e a inovação metodológica existentes nas pesquisas em ciências humanas sobre África – pesquisas realizadas tanto por africanos quanto por gente de outros continentes.² Também, acompanhando a nova historiografia internacional, ela deu-se conta de que a África e os africanos estavam no centro do vendaval – o sistema escravista, depois colonial, criado pela Europa – que deu origem ao mundo moderno e contemporâneo desigual, tão subdesenvolvido quanto desenvolvido.³ Enfim, hoje nenhuma universidade que se preza pode deixar os estudos africanistas em segundo plano.

Como resultado, a história da África tem recebido um crescente destaque nos currículos universitários brasileiros. Existe agora, em consequência, um grande contingente de pesquisadores qualificados nessa área, entre eles muitos afrodescendentes, que dialogam com a bibliografia internacional sobre os mais diversificados temas. Ao mesmo

tempo, no entanto, fortaleceu-se a historiografia sobre o escravismo e aprofundou-se o mergulho dos especialistas, nessa questão, na historiografia africanista. Por isso, o Brasil, país que recebeu quase a metade dos africanos desterrados para as Américas, está capacitado para oferecer ao mundo uma visão especialmente ampla da história social da África – uma que não se limita às fronteiras geográficas daquele continente, mas que inclui também suas interações com outros povos no mundo e suas populações diaspóricas.

África, margens e oceanos demonstra as vantagens dessa abordagem. Os oceanos, no último milênio e especialmente a partir do século XV, têm se revelado “rios” (na expressão de Alberto da Costa e Silva), ou seja, facilitadores do contato entre grupos humanos nas suas margens.⁴ No ensaio introdutório, os coordenadores do livro dão uma aula magna a respeito da historiografia sobre esses encontros de gente diversa (africanos de várias procedências e “forasteiros”) nas costas do continente tocadas pelo Atlântico e pelo Índico, como também nas outras margens daqueles “rios”. Os capítulos do livro continuam a discussão, com histórias sobre tais encontros, trocas e consequências em diversos lugares da África, do Brasil e das “Índias”. Fiéis à proposta da “micro-história” de que só a partir de estudos “ao rés do chão” é que se pode escrever uma “macro-história” consequente, os autores almejam contribuir para uma “história global” – mas não aquela que geralmente se pratica, enfatizando a ação de impérios, governos e donos de capital, mas uma que busque iluminar também, ou especialmente, o protagonismo da gente comum.

Na verdade, esse enfoque está na origem da história social como campo de estudo. Um tema caro para essa abordagem é o da “economia moral” – isto é, daquilo que um determinado grupo subalterno (por exemplo, de camponeses ou trabalhadores pré-industriais) chega a definir, num dado período, como seus “direitos consuetudinários” e, portanto, o tratamento justo devido a eles por seus vizinhos mais ricos e empregadores. E. P. Thompson dedicou a primeira das três partes de seu livro *A formação da classe operária inglesa* ao estudo da economia moral elaborada por gente miúda nas áreas rurais da Inglaterra nos séculos XVII e XVIII, para poder entender como eles enfrentaram os desafios de sua progressiva proletarização durante a Revolução Industrial

(c. 1780 a 1830).⁵ Seguindo seu exemplo, os historiadores do trabalho forçado no Novo Mundo têm se esforçado em apreciar as culturas e economias morais trazidas pelos escravizados da África e mobilizadas por eles para lidar com o cativo.

Ora, esse “ir ao passado da África” trouxe ganhos importantes para entender a história do Brasil. Mas será que o africanista teria o mesmo proveito fazendo a “viagem” inversa? Vários pesquisadores já mostraram que sim. Acontece que documentos escritos que dizem respeito a pessoas e eventos *na* África vão escasseando, à medida que o historiador retrocede no tempo, mas documentos retratando africanos na Europa e em suas colônias – processos da Inquisição, processos-crimes locais, relatos de viajantes e testemunhas oculares – existem e podem preencher muitas lacunas.⁶ Sabe-se, por exemplo, que os “cultos de aflição-fruição” (cultos almejando a cura de males sofridos por um indivíduo ou uma coletividade, presumivelmente pela ação de espíritos zangados ou por pessoas malignas que mobilizavam espíritos para suas próprias finalidades) têm uma longa história na África bantu, mas antes do século XX os registros documentais a respeito deles *nas terras africanas* são pouco detalhados.⁷ Hoje, no entanto, há vários estudos que utilizam as fontes mencionadas para retratar minuciosamente cultos desse tipo entre centro-africanos no Brasil e em Portugal nos séculos XVII ao XIX.⁸ Descobriu-se, por exemplo, que os grandes cultos comunitários de aflição-fruição que surgiam na África bantu para reforçar laços sociais existentes ou criar novos laços e assim combater calamidades sociais – epidemias, guerras, escravização em massa – apareceram também em áreas de *plantation* no Sudeste do Brasil durante o Oitocentos: ou seja, em contextos caracterizados por grande presença de africanos centrais submetidos a trabalho estafante e maus-tratos e enfrentando pouca chance de alforriar-se. Não surpreende que os dois cultos desse tipo documentados antes de 1888 alimentavam planos de rebelião contra os “senhores-feiticeiros” que mantinham seus membros na escravidão.⁹

Enfim, se o vendaval da modernidade espalhou a “África” (e, portanto, as fontes sobre ela) para as outras margens do Atlântico e do Índico, os historiadores com foco nesse continente também têm que atravessar esses “rios”.

Notas

- 1 Professor colaborador aposentado, Departamento de História, Unicamp; professor visitante sênior, Programa de Pós-Graduação em História, UFBA.
- 2 Robert W. Slenes. “A importância da África para as ciências humanas”. *História Social*, 19. Campinas, 2010, pp. 19-32.
Ver também: Steven Feierman. “African Histories and the Dissolution of World History”. In: Robert H. Bates; V. Y. Mudimbe & Jean F. O’Barr (org.). *Africa and the Disciplines: the Contributions of Research in Africa to the Social Sciences and Humanities*. Chicago, University of Chicago Press, 1993.
- 3 Joseph E. Inikori. *Africans and the Industrial Revolution in England: A Study in International Trade and Economic Development*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000. Ver também estudo clássico de Walter Rodney. *How Europe Underdeveloped Africa*. London/Dar-es-Salaam, Bogle-L’Ouverture Publications/Tanzanian Publishing House, 1972.
- 4 Alberto da Costa e Silva. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2003.
- 5 E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 [2. ed. inglesa, 1968]. Ver também: James C. Scott. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven, Yale University Press, 1976.
- 6 Por exemplo, James Sweet. *Domingos Álvares, African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2011. *Idem*. “Research Note: New Perspectives on Kongo in Revolutionary Haiti”. *The Americas*, 74:1, jan. 2017, pp. 83-97.
- 7 John M. Janzen. *Ngoma: Discourses of Healing in Central and Southern Africa*. Berkeley, University of California Press, 1992; RijkVan Dijkf; Ria Reis & Maria Spierenburg (org.). *The Quest for Fruition through Ngoma: the Political Aspects of Healing in Southern Africa*. Oxford, James Curry, 2000. Este último livro prefere “culto de fruição”, não a designação mais comum, “culto de aflição”. Junto aqui os dois termos, pois, se o culto nasce da “aflição”, ele tem como objetivo recuperar a “fruição” em vida.
- 8 Alexandre Almeida Marcussi. *Cativeiro e cura: experiências religiosas da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, séculos XVII e XVIII*. Tese de doutorado em História. São Paulo, USP, 2015; Gabriela dos Reis Sampaio. *Juca Rosa: um pai de santo na corte imperial*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2009; Robert W. Slenes. “L’arbre nsanda replanté: cultes d’affliction kongo et identité des esclaves de plantation dans le Brésil du Sud-Est (1810-1888)”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, vols. 67-68. Paris, Ehes, 2007, pp. 217-313.
- 9 Robert W. Slenes. “L’arbre nsanda...”, *op. cit.*

INTRODUÇÃO

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA AFRICANA ÀS MARGENS DO ATLÂNTICO E DO ÍNDICO

Lucilene Reginaldo e Roquinaldo Ferreira

Esta coletânea nasceu de um interesse compartilhado. Não foram poucas as ocasiões nas quais trocamos informações e impressões entusiasmadas sobre a originalidade e o crescimento das pesquisas sobre a história da África realizadas no Brasil desde o início dos anos 2000. O convite para organizar esta coletânea pareceu-nos uma oportunidade para compartilhar, aprofundar, ampliar (ou mesmo corrigir) nosso balanço informal da produção africanista brasileira. O conjunto dos trabalhos que vem à luz neste livro trata da experiência histórica do continente africano às margens ou em conexão com os oceanos Atlântico e Índico, especialmente entre os séculos XVII e XX. Os autores e autoras também compartilham do interesse pelas trocas, contatos e conexões que inserem o continente africano num circuito global, levando em conta o ponto de vista e o protagonismo dos africanos nesses processos. Entendemos que essa produção precisa ser considerada numa perspectiva ampla em termos acadêmicos e políticos. Isso significa reconhecer que o crescimento e a consolidação dos estudos africanos no Brasil estão ancorados em referenciais intelectuais próprios e em constante diálogo com a produção internacional. Além disso, é inegável que a produção africanista brasileira é marcada por condicionantes que extrapolam os muros da academia.

No Brasil, o estabelecimento de condições institucionais para o desenvolvimento dos estudos africanos esteve diretamente vinculado ao ativismo dos movimentos sociais negros que desde o final dos anos 1980 buscaram interferir na formulação de políticas públicas voltadas para a educação, tanto no âmbito federal quanto nos estados e municípios.¹ Entre os êxitos mais expressivos da militância antirracista, estão a

aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996; a promulgação da lei n. 10.639, em 2003; a definição das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, em 2004.² Embora as mudanças legislativas tenham afetado diretamente os níveis de ensino fundamental e médio, o impacto foi mais amplo e profundo, atingindo em cheio o ensino superior ao impor mudanças significativas nos currículos de graduação, particularmente dos cursos de História. Por força da lei n. 10.639, universidades públicas e privadas de todo o país, que antes tinham a História da África em seus currículos como disciplina optativa – quiçá ausente – foram obrigadas a acatar o conteúdo agora obrigatório. De forma inesperada, a lei teve como efeito catalisar a institucionalização dos estudos africanos mediante a contratação de professores em universidades federais e estaduais. Algumas delas passaram a ter departamentos de História com dois ou até mais especialistas em África (uma raridade em muitas universidades estrangeiras), que não apenas produzem pesquisa de ponta como também atuam como mentores de mestrandos e doutorandos.³

Outrossim, o crescimento recente do campo de estudos africanos no Brasil merece ser situado numa perspectiva global e comparativa. A comparação mais óbvia é com o profundamente racializado processo de institucionalização dos estudos africanos nos Estados Unidos, que se deu a reboque do ostracismo de pioneiros intelectuais afro-americanos cujas agendas de pesquisa transnacionais e trajetórias acadêmicas foram vitimadas pelo racismo estrutural. É possível considerar que esse fenômeno também teve papel importante no alheamento da academia brasileira em relação à África. Afinal, como explicar que o país americano que recebeu o maior número de escravizados nas Américas tenha demorado tanto tempo – e com a necessidade de uma lei – para reconhecer nas Áfricas um legítimo objeto de investigação histórica? Enfim, assim como nos Estados Unidos, respeitando todas as particularidades, a consolidação recente dos estudos africanos e de uma historiografia da África no Brasil tem vínculos profundos com pautas históricas da luta contra o racismo.

Do ponto de vista acadêmico, é possível reconhecer alguns referenciais importantes na base da produção brasileira sobre a África. Entre eles, os centros de pesquisa criados a partir dos anos 1950. Em comum, esses centros compartilharam do estímulo oferecido pelo

contexto das lutas independentistas e da formação dos Estados nacionais africanos e também, notadamente na primeira metade da década de 1960, pela política externa brasileira em relação à África.⁴ O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia foi fundado em 1959 com o objetivo de promover atividades de pesquisa e extensão sobre a história africana no Brasil.⁵ É certo que o Ceao também foi tributário de uma sólida tradição de estudos sobre as culturas africanas na Bahia, que se somaram às possibilidades abertas pelo novo contexto. Nesse centro reuniram-se jovens pesquisadores brasileiros, que foram incentivados a realizar pesquisas de campo em diferentes países africanos.⁶ O Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, criado em 1969, também se destacou nos intercâmbios promovidos com várias universidades africanas e na formação de pesquisadores em diferentes áreas das ciências sociais.⁷ O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Cea) foi criado em 1973 por Cândido Mendes, um dos principais mentores da política externa brasileira em relação à África no governo de Jânio Quadros.⁸ O Cea consolidou sua atuação no cenário acadêmico brasileiro por meio de sua revista e do investimento na formação de jovens pesquisadores dedicados especialmente ao estudo das ex-colônias portuguesas.⁹

Uma vertente da historiografia da escravidão no Brasil, que a partir da década de 1980 chamou a atenção para a importância do *background* africano, contribuiu de maneira singular para a consolidação da história da África no país. Em um artigo publicado em 1987, no qual visita o debate sobre a escravidão na África, João Reis aponta que o conhecimento dos referenciais africanos nas sociedades escravistas nas Américas exige uma aproximação rigorosa com a historiografia africanista.¹⁰ O livro *Na senzala uma flor: esperanças na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX* (1999), de Robert Slenes, no qual o autor argumenta sobre a centralidade das heranças culturais centro-africanas no Sudeste brasileiro, e a edição revista e ampliada de *A rebelião escrava no Brasil* (2003), de João José Reis, apresentam enfoques distintos e, ao mesmo tempo, exemplares desse movimento de aproximação dos historiadores da escravidão com a África.¹¹ A importância formativa dessas referências para a nova geração de africanistas brasileiros pode ser reconhecida nas escolhas por certos temas e em abordagens e metodologias que circunscrevem a produção africanista brasileira mais recente.

Há ainda uma terceira e mais extensa referência que marca e orienta a produção africanista brasileira. Os estudos sobre o tráfico de escravos africanos e sua relação com a formação da sociedade colonial brasileira, até a década de 1960, estavam circunscritos a perspectivas historiográficas que privilegiavam as relações com a Europa, no âmbito político, social e econômico. A tese de Pierre Verger (*Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*) foi um marco da mudança de direção e enfoque dos estudos das relações do Brasil com o Atlântico, rompendo com uma tradição que emanava sobretudo de estudos de Caio Prado Júnior e Fernando Novais, que submetiam as relações entre Brasil e África à agência unilateral do “sistema colonial”.¹² Na obra de Verger, tais relações ganham contornos dinâmicos que não se restringiam puramente ao campo econômico e moldavam toda uma série de relações culturais, religiosas e sociais através do Atlântico. Essa perspectiva ganha estofamento maior, no âmbito das relações Angola e Brasil, com a obra de Luiz Felipe de Alencastro, que situa o processo de colonização do Brasil na esfera do Atlântico Sul. As trocas envolviam não só produtos e escravizados, mas articulavam-se numa teia de relações com natureza administrativa e comercial.¹³ Na visão de Alencastro, não há como entender a formação do Brasil sem levar em conta a devastação que o tráfico de escravizados causou na África Central.

Mas é preciso alargar o cenário intelectual no qual se insere a produção brasileira. O diálogo entre a produção africanista brasileira e a produção internacional, enfatizando confluências e distinções, é um dos eixos centrais da coletânea *África, margens e oceanos*. O objetivo é situar o continente africano nos circuitos globais de comércio, fluxos migratórios e difusão de conhecimento e de práticas religiosas. Ao situar a África não apenas no contexto das relações com o Atlântico, que, como apresentamos acima, desde longa data tem sido objeto de estudos clássicos na historiografia brasileira, mas também na vertente do oceano Índico, pretende-se contribuir com a ampliação do horizonte historiográfico da produção africanista brasileira.

Esse enquadramento beneficia-se da profusão de estudos sobre o oceano Índico que tem caracterizado a historiografia internacional nos últimos 15 anos. Segundo Ned Bertz, um ponto de viragem teria sido a publicação do importante livro de Sugata Bose, *A Hundred Horizons*:

The Indian Ocean in the Age of Global Empire (2006), assim como o estudo de Thomas Metcalf sobre as ligações entre a Índia e o mundo do oceano Índico.¹⁴ Até então, na visão de Bertz, a historiografia sobre o oceano Índico ocuparia um lugar periférico se comparada à muito mais volumosa bibliografia sobre o mar Mediterrâneo e os oceanos Pacífico e, sobretudo, o Atlântico – apesar da importância do Índico como o mais antigo espaço para a formação de redes de comércio, migrações forçadas e peregrinações religiosas.

De fato, a volumosa bibliografia sobre o Atlântico atesta a importância desse espaço geográfico para a história e, por conseguinte, para a historiografia que trata da época moderna. Nesse conjunto, o Atlântico ocupa lugar privilegiado na chamada história dos impérios, que, marcada pelo ranço das histórias nacionais, privilegiou o estudo do domínio colonial europeu (português, espanhol, britânico, holandês, etc.) sobre os demais continentes.¹⁵ Embora os grandes impérios ultramarinos incluíssem territórios banhados pelo Índico, a importância das colônias americanas e do comércio de escravos na costa ocidental africana, entre os séculos XVII e XIX, elucida as razões do posterior foco historiográfico nos circuitos atlânticos. Nesse sentido, é exemplar a trajetória daquele que é considerado um dos mais importantes historiadores dos impérios ultramarinos modernos.¹⁶ Até o final dos anos 1940, Charles Boxer dedicou-se ao estudo da Ásia, mas a partir dos anos 1950 voltou sua atenção para o Atlântico Sul.¹⁷ O deslocamento de interesses foi geográfico e também cronológico. O autor, cujas obras mais conhecidas tratam do império português, também publicou estudos seminais sobre o império marítimo holandês.¹⁸ Nos dois casos, a primazia das Américas e da África na conformação econômica e política dos impérios, a partir do século XVII, esclarece o deslocamento geográfico e cronológico dos estudos de Boxer.

Ainda que as diferenças de abordagens, temas e metodologias sejam muitas, há algumas semelhanças entre a história dos impérios e seus principais críticos reunidos sob o guarda-chuva da *world history*. Se para os primeiros o Atlântico foi o principal eixo dos impérios coloniais, para os últimos o oceano foi, ao mesmo tempo, uma criação do mundo capitalista e condição histórica para a realização de uma economia mundo. Esse conceito (economia mundo), diretamente relacionado

às propostas metodológicas de Braudel e Wallerstein, é um recurso analítico no interior do qual o Atlântico é concebido “como uma sub-região particular da economia-mundo europeia”.¹⁹ Outra semelhança entre as duas perspectivas historiográficas é uma visão que privilegia o protagonismo europeu, seja do ponto de vista das políticas dos impérios coloniais e/ou dos Estados nacionais, seja do ponto de vista da acumulação capitalista. Desse modo, o foco na colonização, na governança, nas elites e autoridades governamentais ou, ainda, no comércio, no tráfico de escravos, na produção e na circulação de mercadorias não deixava espaço para uma diversidade maior de protagonistas e dinâmicas locais. Tanto a história dos impérios, quanto a *world history*, desde as produções mais antigas, até as novas versões repaginadas, ecoaram e informaram frentes historiográficas importantes no Brasil até os dias atuais.²⁰

Em consonância com esse cenário historiográfico, é preciso frisar que a literatura sobre o Índico também tinha como lastro uma produção mais antiga que derivou de estudos de autores como de Kirti Chaudhuri e Michael Pearson, entre muitos outros.²¹ Tais estudos também foram profundamente influenciados pelo trabalho de Fernand Braudel, assim como por interpretações inspiradas na chamada *world history*, enfocando nas estruturas de comércio e no movimento de mercadorias no Índico, que formariam o cerne do que Markus Vink chama de talassologia.²² Para Rila Mukherjee, no entanto, tal historiografia, cobrindo não só o império português mas também outros impérios europeus, peca pela preocupação prioritária com a agência europeia em detrimento de atores locais.²³ Deixa de fora redes de comércio, migração e circulação de práticas religiosas que eram, como ressalta Engsang Ho, majoritariamente controladas não por europeus, mas por mercadores guzarates, hadramis e outros.²⁴

Tampouco dá a devida atenção ao fato de que, como assinala Chaudhuri, o oceano Índico serviu de arena de trocas comerciais e migrações muito antes da chegada dos europeus no século XV.²⁵ Desde o século VII, como demonstrado por trabalhos de André Wink, Angela Schottenhammer e John Chaffee, o Índico já era palco de trocas comerciais entre regiões tão distantes quanto o golfo Pérsico, a Índia e a China.²⁶ Autores como Tom Hoogervorst e Nicole Boivin chegam até a usar a palavra “colonização” ao se referirem aos contatos entre o sudeste da Ásia e a ilha de Madagascar, no Índico.²⁷ Por volta do século